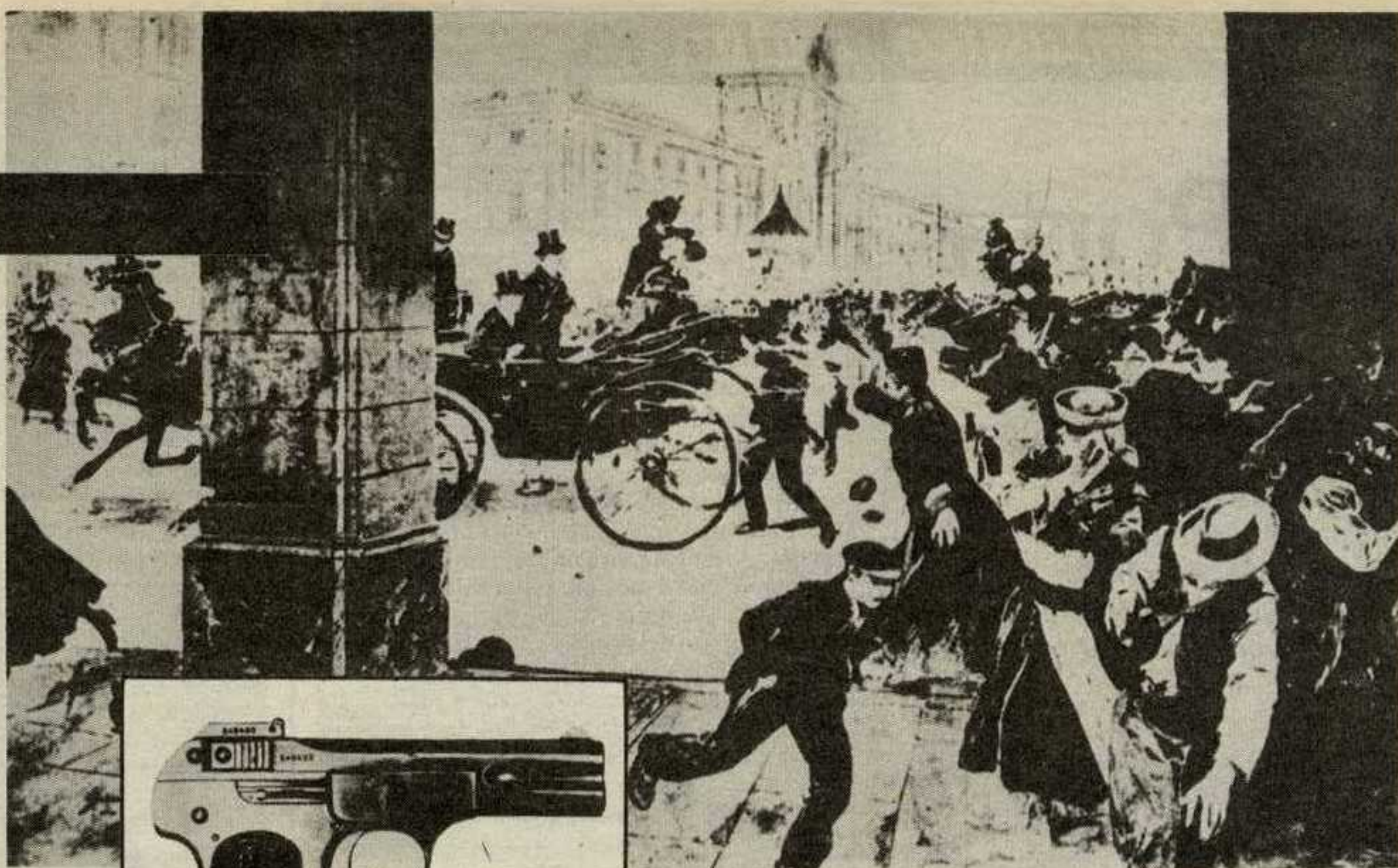


Ensaio político inédito

O regicídio português e a situação política em Portugal



Um exemplo avulso da iconografia do regicídio e a pistola «Browning» meio assassina, meio redentora

Este texto é a tradução, por Ana Cristina Assunção, de um documento autógrafa inédito de Fernando Pessoa, assinado com o heterónimo de Alexander Search, redigido em inglês e existente na Divisão de Reservados da Biblioteca Nacional com a cota E3-79A(71-82). O documento é constituído por 22 folhas com as dimensões de 16,3cm x 21cm, escritas a tinta de um só lado, estando as folhas 5-6, 9 linhas da folha 7, 1 linha da folha 17, as folhas 18-20 e ainda 17 linhas da folha 21, riscadas a lápis em diagonal. Embora não levante grandes problemas de leitura, existem algumas passagens do texto que é quase impossível ler, impondo-se por isso a realização de uma edição interpretativa adequada do documento. O trabalho de Ana Cristina Assunção consistiu na fixação do texto em inglês, e posteriormente na respectiva tradução para português. Uma vez que não se trata de uma edição diplomática, a tradutora não dá conta das palavras e passagens do texto riscadas pelo autor, excepto no caso que é referenciado na nota (3); todos os acidentes significativos do texto são indicados em nota.

I

Bichat definiu a vida como a soma total das funções que resistem à morte. A definição — todos o admitem — é correcta, embora não tenha a clareza exacta que é suposto ter uma definição. Mas é sugestiva. O que é necessário é definir, ou, pelo menos, esboçar uma definição de morte. Em si mesma a morte não é nada, isto é, não pode ser definida de modo a ser compreendida; a extinção absoluta, a menos que seja a extinção absoluta da forma, a acção pela qual nós derivamos directamente da experiência, não consegue entrar na nossa compreensão. Dum ponto de vista material, a morte pode quase ser definida como declínio. Quando um organismo entra em declínio, tende a morrer. A morte é mais: consiste num declínio absoluto. Declínio significa desintegração. Morte significa absoluto, resulta da

desintegração, da desintegração não integrada.

Estamos agora em posição de perceber o que o médico-filósofo francês queria dizer com a sua definição: isto é, que a vida é a soma total das funções que resistem à desintegração total. Se, em vez de «vida» usarmos «vitalidade», querendo definir esta, a definição é, naturalmente (1), pouco alterada: vitalidade é a soma total das funções que resistem à desintegração — não a uma desintegração incompleta mas à própria desintegração, qualquer que ela seja. «Desintegração», é claro, pode ser traduzida por «declínio».

É necessário perceber em que sentido isto é dito. A desintegração é uma condição da vida: a vida dos organismos é uma desintegração perpétua, uma mudança perpétua, um declínio perpétuo. Mas a vida é mais do que desintegração: ela é também integração. Tudo tem que mudar excepto (por algum tempo, claro — até à morte) a unidade a que damos o nome de organismo. Os elementos têm que passar — é a lei — mas o modelo, a forma, para que haja vida, têm que permanecer. Chegamos então a uma definição simples de vida: vida é desintegração integrada. Não negamos a extrema concisão desta definição. Mas não pretendemos dar uma definição completa e ampla (2). Para o nosso objectivo — dar uma definição exacta — é suficiente.

Não abandonámos ainda a frase de Bichat. O seu carácter sugestivo, a sua significação, consiste no seu tom singular. Toda a vida — ela o sugere — é uma batalha: as palavras «resistem à morte» são parte do tom e conclusivas. A nossa definição — «desintegração integrada» — é correcta mas não representativa; não evoca nenhuma ideia nítida e ampla. A frase do filósofo francês fá-lo; ela revela uma compreensão do perpétuo esforço orgânico, da perpétua luta do organismo para a sua conservação.

Toda a vida consiste, na realidade, em resistir à desintegração, no combate contra a dispersão e a perda de unidade orgânica. Todas as coisas tendem a desintegrar o organismo, e todo o esforço deste consiste em resistir a essa desintegração. O poder de resistir à desintegração é o que é denominado vitalidade (3).

Vamos levar mais longe a nossa análise. Sendo o organismo, como é, capaz de integração e de desintegração, é evidente que deve possuir uma força que o faz ou tende a fazê-lo manter **uno**, assim como outra força que tende a fazê-lo **plural**, isto é, a desintegrá-lo, a matá-lo. Agora é fácil, relativamente, determinar quais são essas forças.



O organismo é na verdade **uno** mas não é simples e indivisível como a «alma», de acordo com a noção espiritualista desta na filosofia. O organismo é composto por um grande número de elementos — células, ordens — na linguagem da biologia. Agora, toda a multiplicidade, toda a ausência de unidade própria, implica desintegração. Esta a razão pela qual os teólogos defendem que a «alma», sendo uma e simples, é imortal; do seu ponto de vista, eles estão certos: se se admitir que a alma é uma e simples, não se pode deixar de admitir que ela é imortal, visto que não contém o elemento de declínio, de morte, de desintegração, e esse elemento é a **composição**, multiplicidade numa unidade. O organismo tem: daí a força da desintegração.

A força da integração é mais misteriosa: nela reside o problema. Não é que a unidade seja misteriosa; é a **unificação** que o é. O organismo é, na verdade, composto de muitos elementos. Mas não é uma **soma**, é sim uma **síntese**. Para usar a linguagem química, o organismo é uma combinação, não uma mistura. A combinação dos elementos no organismo produz algo mais do que o que está contido nos elementos, embora a sua natureza seja dada tão completamente como o é a natureza da mudança química. O que quer que seja esse «algo mais», e tudo o que sabemos é que surge da união dos elementos e deles depende, estamos certos de que é nele que reside a força integradora do organismo. A síntese característica que é a vida, que é o organismo, indica a integração, e a força, qualquer que seja, que faz do organismo uma síntese, e não uma soma dos seus elementos, é a força integrante. Não podemos ir mais longe porque não há ciência que lá nos conduza.

Assim, pondo as coisas de um modo apropriado, o organismo está sujeito à desintegração porque é **plural** (isto é, composto por elementos) e passível de integração porque é **uno**. Isto é, porque os seus elementos estão unificados.

Mas, é preciso lembrar que o organismo é fundamentalmente **plural** (isto é, composto) e não **uno**. Esta triste verdade deve ser extraída da vida (e é isto que dá tanta exactidão à definição de Bichat): a sua essência é a desintegração, a tendência para o declínio. Dado que a essência do organismo não é a unidade mas a pluralidade (embora ele exista como uma unidade) o que é facilmente visível quando nós, considerando a dualidade da sua natureza de uno e de plural, examinamos o facto de poder ser descrito como «unidade tornada pluralidade», ou melhor, «pluralidade tornada unidade». Obviamente, a última frase é a melhor. Daí, a preponderância da tendência desintegrante sobre a integrante. Daí a tendência de todas as coisas para o declínio, daí o declínio de todas as coisas que existem, daí, numa palavra, a triste lei da morte. Aquela definição paradoxal — «vida é morte» — continua a ser a melhor.

II

Estes factos simples, verdadeiros na própria vida, são susceptíveis de ser aplicados a todas as vidas e formas de vida, não só aos próprios organismos, mas também a outras espécies de organismos — sociedades e nações.

Se nos preocuparmos com o Estado, com uma nação, tendo em conta que é um organismo, somos obrigados a perceber, digamos, a lei dos organismos, da vida: deve conter uma força que integra e uma força que desintegra.

Vamos aplicar ao organismo chamado Estado a lei geral da vida. Quais são os elementos (correspondentes a células) deste organismo? Obviamente, é o povo, isto é, os indivíduos que compõem a nação. Qual é então, no Estado, a força que integra e qual a força que desintegra? Há uma perfeita analogia — e como poderia não haver, dado que os dois são «corpos» vivos? — com o organismo individual. Consequentemente, é óbvio que no Estado a força desintegrante é aquela que faz do povo uma pluralidade — o seu número — e a força integrante é aquela que faz dele **uno**, um povo — a unificação de sentimentos, de temperamento resultante da identidade de raça, do clima, da história, etc. A força desintegrante reside no facto de que o povo é **plural**; a força integrante reside no facto de possuir uma opinião e vontade colectivas, melhor ainda, um sentimento colectivo.

Dado que toda a vitalidade consiste no poder de resistir ao declínio, a energia vital de todos os Estados consiste em evitar a individualização da opinião; e esta individualização tem duas formas: uma por interesse, e a outra por desinteresse, e ambas, uma pela divisão extrema de opiniões, a outra pelo crescente desinteresse nos deveres dum cidadão. Todo o governo — pelo menos, todo o bom governo — pressupõe a procura de um grande consenso de opinião, isto é, algo que se pode denominar vontade popular (4).

A expressão da vontade popular é o governo: essa é a maior manifestação da tendência integrante (assim como o cérebro é a integração mais profunda do organismo). O indivíduo, **qua individual**, é, no Estado, a expressão da tendência desintegrante.

O governo representando a vontade do povo (temos vindo a falar, é claro, dum país livre internamente), representando a «vontade do povo» a tendência integrante no Estado, aquela que lhe dá, ainda que sendo composto por um grande número de elementos, a sua unidade: se o governo (no sentido exacto da governação e dos governantes) for por consequência incapaz, desordenado, incoerente, a conclusão a extrair daqui é a de que a actividade de desintegração se está a tornar maior no Estado do que a força de actividade contrária, e que o país está em declínio. A morte do Estado — desnecessário será acrescentar — deve-se ao facto de toda a gente ter feito aquilo que quis, seguindo a sua vontade até ao fim. Porquê? Porque isto representou a abolição da vontade colectiva e a sua substituição pela individual: daí a desintegração completa.

Tudo isto que dissemos acerca do declínio dos Estados pode ou não significar o declínio atingido apenas pelos respectivos poderes governativos. Se nos referimos a um Estado livre, obviamente o declínio dos poderes governativos significa um declínio de toda a nação; se a um Estado não-livre, o declínio dos poderes governativos, do próprio poder, não implica necessariamente o declínio, mas certamente o declínio das instituições, dos grupos que comandam, e cujo declínio não representa necessariamente o estado do povo. Vamos agora

continuar a estudar a decadência institucional em contraste com a nacional.

III

O poder tem três formas — força, autoridade e opinião. Toda a evolução das nações e das sociedades é fundamentalmente uma ascensão nesta escala, da primeira à última. Primeiro surge o estado de violência, emergindo lentamente da sua forma pura nas tribos e grupos selvagens. Depois, surge o regime da autoridade, originado na força. E tudo tende para estar, ou está no poder da opinião, significando esta palavra, claro, «vontade popular», «democracia» (5).

Toda esta evolução patenteia a aproximação gradual da nação ao governo da nação. Começa realmente num estado de coisas anárquico ou seminárquico: é o império da força, o governo dos fortes sobre os fracos, e dos ainda mais fortes sobre os fortes. O estado da sociedade é então de intensa luta (se esta palavra pode ser usada aqui), um estado de guerra diária ou latente. Depois começa a integração gradual; no início ela é parcial. A selecção do mais adequado começa a dividir a tribo ou nação (não interessa a designação) em duas partes. Nasce a monarquia e a aristocracia. Isto significa que a **força** é transformada em autoridade. «Transformada» — regista-se a palavra — pois ela não deve ser esquecida — e isto é de extrema importância — porque a base original da autoridade é a força; como poderia haver qualquer outra base, qualquer outra origem para a autoridade?; a autoridade não poderia existir senão deste modo.

O chefe ou líder das tribos selvagens nem sempre é (embora muitas vezes tenha consideravelmente menos posse do poder, porque a força ainda não fez emergir suficientemente a autoridade) um exemplo precoce de monarca absoluto, mas contém já a sua clara essência. A presença dum chefe indica a existência do elemento «autoridade» na tribo. O tempo encoraja-se das transformações posteriores e a força é gradualmente transformada em autoridade. A superstição torna-se religião. O rei é «mandatário de Deus».

A essência da ideia de monarquia é, como vemos, a **autoridade**. Mas a autoridade envolve outras ideias. A monarquia não é mais do que uma manifestação disso. O espírito autoritário ou conservador tem três formas: é monárquico, é religioso e é militarista.

A veneração supersticiosa ou o respeito pelo chefe nas tribos primitivas transforma-se em espírito monárquico e permanece a superstição, permanece a natureza sagrada do rei, sendo este considerado mandatário, com os seus direitos dados por Deus. Com uma religião como a da antiga Roma, ele pode ser considerado um deus, ou da família dos deuses, ou uma divindade embrionária. Daí, a união cerrada, a natureza inseparável da monarquia e da religião.

Vimos que o espírito da autoridade surge do espírito da força através duma transformação superficial, dispersando-se mais ou menos posteriormente — mas de modo algum se trata da eliminação ou da substituição das suas características. A veneração supersticiosa selvagem por um chefe tornou-se a menos selvagem, mas igualmente supersticiosa é o respeito por um monarca concebido como mandatário de Deus. Igualmente o espírito opressivo e cruel da idade primitiva é alterado para o **espírito de conquista**, isto é, de **violência externa**. Mas a base de ambas as formas de agressividade é a mesma: são ambas agressividade, e isto diz tudo.

A autoridade introduz na força ou, melhor, nos instintos e na passividade que caracterizam o período da força, o factor «ordem». A autoridade é força realizada, não regulada mas **ordenada**. Acreditamos que estas palavras sugerem algo do significado que nós queremos que elas expressem. Mas a essência da autoridade é ainda a força. Daí, o que resulta são as «aparências» da selvajaria, o incoerente instinto supersticioso que, numa das suas duas formas, quase faz do chefe um ídolo, a firmeza aberta e a agressividade constante da idade da força; tudo isto, que ostenta a marca da desordem, torna-se, pela introdução da ordem, em instinto religioso, monárquico e militarista. Podemos agora ver como a psicologia do conservadorismo, da autoridade, implica, na sua própria essência, estes três instintos, na verdade três formas completamente inseparáveis dele, completamente constitutivas dele: a monarquia, o militarismo, a religião. E a última não é a menos importante.

Segue-se depois a degeneração da autoridade e a formação da lei de opinião. A História diz-nos que isto é sempre atingido por uma revolução de qualquer tipo. Vamos repegar no processo de degeneração de que temos vindo a falar.

A consequência do sistema da autoridade é estabelecer e enraizar uma monarquia e uma aristocracia, uma religião e um espírito militarista e belicoso; pois a autoridade apoia-se

fundamentalmente ainda na força, revelando assim a sua origem. O sistema da autoridade existe com facilidade desde que se imponha moralmente, mas não pela força, pois quando é necessária a força ele já está perto do fim. Para se impor moralmente precisa de duas coisas: dignidade do seu lado e ignorância, «superstição», do lado do povo, sendo a segunda mais necessária do que a primeira. Agora como o destino de todas as coisas é o declínio, acontece sempre que o sistema da autoridade degenera. Mas, ao mesmo tempo, o povo, através duma educação gradual e dum desenvolvimento natural, vai emergindo da sua ignorância e **fetichismo**. Quanto menos dignidade possui a autoridade, mais força adquire a opinião, a decadência de uma ajuda a evolução da outra. Torna-se evidente que uma eliminará ou substituirá a outra: e é fácil ver que é a opinião que eliminará a autoridade.

Pela sua degeneração, a monarquia e a aristocracia tornam-se imbecis, enfadonhas e cruéis. O sistema da autoridade começa a tremer. A corrupção e a opressão entram depois em cena. O exército, que era usado para a guerra (isto é, para a violência externa) torna-se (a menos que evite problemas se se puser do lado do povo) instrumento para a violência interna. A corrupção normalmente acompanha a violência. A razão disto é clara. Há uma razão excelente para isso. O sistema da autoridade começa a perder a sua força no espírito popular, mas como esse espírito não atingiu ainda um grande nível de consciência, o sistema da autoridade converte aqueles que pode, aqueles que ainda não têm consciência da infâmia de serem comprados. E ao mesmo tempo que os compra ou corrompe através das inumeráveis maneiras que existem de corrupção (algumas delas tão honestas!), o sistema da autoridade ataca os outros, aqueles que não podem ser comprados, os mais perspicazes das classes «médias» ou «baixas» em ascensão. Corrupção para uns, violência para outros — opressão para todos. O espírito revolucionário é o produto imediato.

A História acaba de modo diferente em países diferentes, é mesmo radicalmente diferente em várias nações, devido a outras influências, mas uma revolução ou a tentativa duma é o que há de mais certo; o que se lhe segue não é, claro, o mesmo em todos os casos.

A última frase leva-nos naturalmente a terminar esta secção com uma explicação que devemos ao leitor. Claro que as causas que



contribuem para o declínio institucional ou para a regeneração dum país são muitas, complexas e interactivas — a raça, o carácter do povo, etc., ou circunstâncias acidentais. O destino natural das instituições é o declínio, mas ele pode ser controlado por causas que diferem nos diferentes países, assim como a origem primária deste declínio institucional pode não ser diferente em cada país, pois, embora o destino do sistema da autoridade seja a degeneração (como o é o destino de todas as coisas), a causa eficiente dessa degeneração não é única em todos os casos.

Temos considerado, **independentemente** de todos estes elementos, a acção **pura**, a natureza **geral** do declínio do sistema da autoridade. Nós não afirmamos — repetimos — que a degeneração das instituições siga essa via em todas as nações; sabemos bem que o movimento revolucionário não é sempre republicano. Ele pode ser liberal numa monarquia. Mas sentimo-nos justificados ao apresentar o retrato do declínio institucional como o fizemos; visto que o nosso objectivo é apresentá-lo, abstraindo de todas as influências e contra-influências de raça, carácter, etc., que podem acelerar, parar ou desviar noutra direcção a decadência do sistema da autoridade. As características **fundamentais** de tal declínio, ver-se-á, são aquelas que mostrámos. Como nos temos ocupado somente das instituições, absteremo-nos de considerar as causas do declínio: isso seria afastarmo-nos do assunto e do nosso objectivo ao fazer estas observações preliminares. Mas damos esta explicação para que o leitor não recuse uma definição dogmática duma generalidade (6).

IV

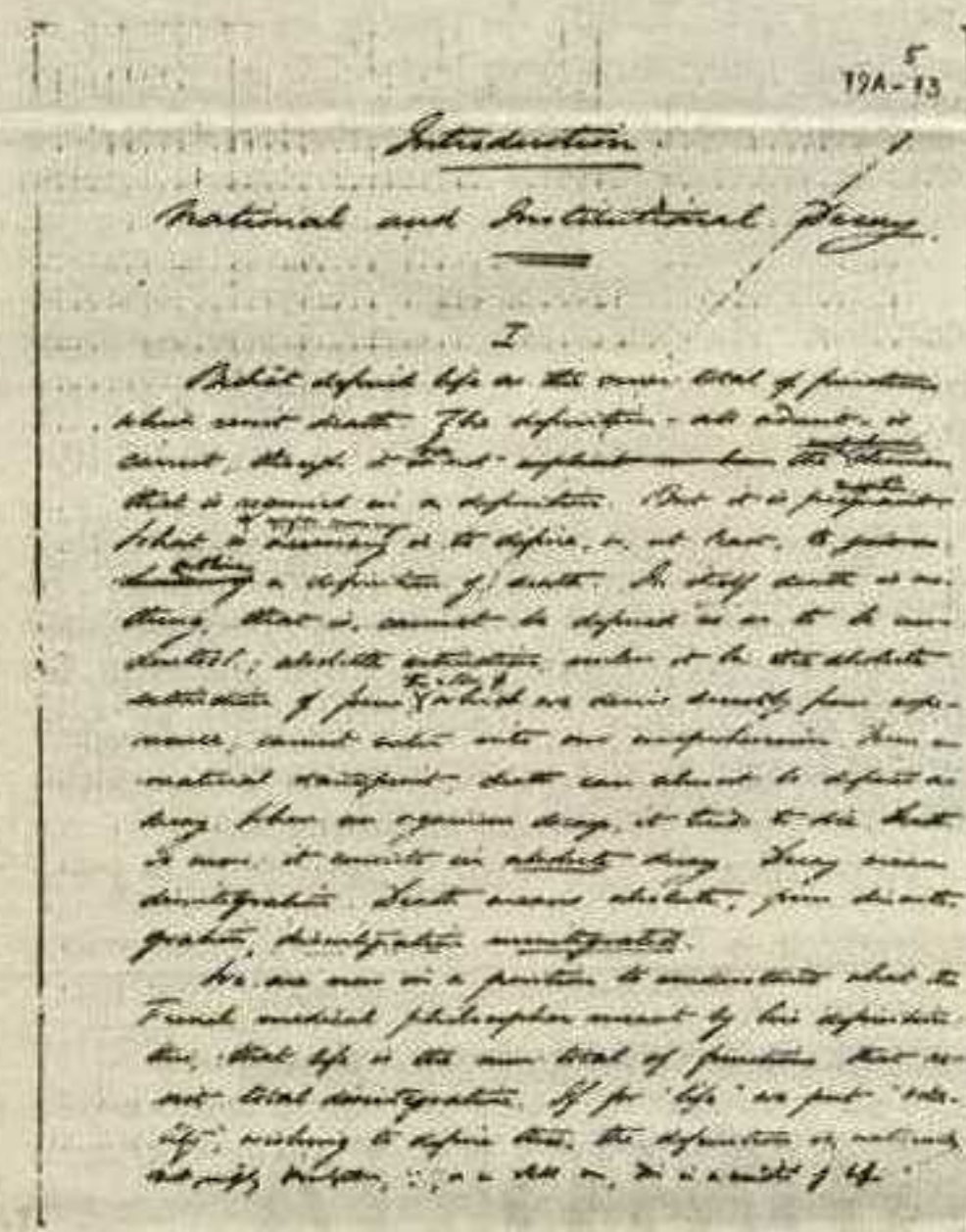
Estamos agora em posição de comparar e de distinguir declínio nacional e institucional.

A distinção essencial entre eles é fácil de fazer e ainda mais fácil de perceber. Na segunda secção estudámos o declínio dos Estados nos seus traços gerais; na terceira mostrámos como as instituições entram em decadência. Resta pois ser examinado o que designamos por declínio nacional.

A distinção, dissemos, não é difícil. O declínio nacional é inicialmente e essencialmente a **decadência social**; o declínio institucional é inicialmente e essencialmente a **decadência política**. Nestas palavras reside toda a distinção. Na expressão «declínio social» englobamos, é claro, a decadência de todas as actividades que sustentam uma sociedade — industrial, rural, etc. A decadência do governo em países livres é **causada** pelo declínio social. Em países ainda não livres mas em declínio ou em vias disso, a decadência do governo **causa** as outras formas de declínio a que chamamos decadência social.

É óbvio, **nelas**, que a expressão «declínio nacional» implica a ideia duma **origem** e não duma **condição**; isto é, quando falamos em «decadência nacional» não significa que o declínio é completo ou incompleto, realizado ou não — significa somente que tal declínio tem uma origem — **origem nacional** (ou social), em oposição à **institucional**.

Uma vez feita esta classificação genética da



Página do original, em inglês, assinado Alexander Search

decadência, temos que considerar a classificação de acordo com a **extensão** do declínio, e isto é ainda mais simples, as divisões são naturalmente um declínio completo e incompleto. A isto podemos acrescentar — então teremos logo uma decadência «semicompleta».

Declínio completo distingue-se do incompleto pela presença (no último) de elementos suficientes de regeneração, elementos que tendem para a integração.

Todos os caminhos apontam para a decadência completa. Um — o directo e natural — é o do declínio nacional; o outro é o do institucional. A razão é simples. A decadência institucional implica superficialmente uma decadência nacional, porque para ser possível precisa que o povo não seja completamente saudável e consciencioso, e isto encerra o gene do declínio nacional. Se o sistema da autoridade conseguir reprimir uma resistência total ou anulá-la, contaminará todo o povo e o declínio das instituições tornar-se-á então o declínio de toda a nação. Foi o que aconteceu com o Império Romano.

O declínio incompleto é meramente institucional: nunca pode ser nacional. É sempre menos grave. Quando as instituições dum país estão em decadência e existe uma corrente de opinião oposta e forte, coerente e saudável, há um declínio incompleto, pois a centelha da regeneração existe e o primeiro passo para a regeneração é simples — a queda das instituições.

O declínio semicompleto não é assim tão fácil de explicar. Pode ser nacional ou institucional na sua origem. Quando é originado pela decadência institucional, o seu significado é este: o declínio da monarquia causou o do povo e então este torna-se passivo, mas apesar disso existe, na monarquia, um homem ou homens, capazes de regenerar o país. Quando nacional na sua origem, o declínio semicompleto tem este significado: existem, com efeito, na nação, forças de regeneração, mas o seu **objectivo**, o seu **programa** é impraticável, utópico; embora a violência imposta, que é violência, não possa, claro, levar a cabo a execução de ideias essencialmente impraticáveis, abala ainda assim a nação e fá-la sair da sua passividade. Isto pode também acontecer em casos de declínio institucional forçado (mas sempre misturado com algum declínio nacional); como prova, temos um exemplo mais conhecido no caso da Revolução Francesa.

Esta diferença deve ser salientada nas características das forças regenerativas em situações de declínio incompleto ou semicompleto: é que, no primeiro, a regeneração (quase sempre certa) resulta do **objectivo** dessas forças — o seu programa concreto, positivo e inicial; enquanto no segundo, a regeneração (nem sempre certa, às vezes até é o acelerar da decadência) resulta da acção das suas forças e de modo **nenhum** dos seus objectivos, objectivos esses, artificiais e mal-concebidos, que trazem em si traços de decadência nacional de onde emergem.

V

Pensamos ter indicado aqui, de uma maneira tão clara (7) quanto possível, embora sucinta, as leis gerais ou as linhas do declínio dos Estados. A observação exacta delas, das suas excepções aparentes, das suas confusões com outras condições, seria tema, por si só, para um livro e não para uma introdução a um. O nosso objectivo ao iniciar este trabalho com o presente capítulo, é apenas guiar o leitor iniciado na compreensão da situação de Portugal, um país, como veremos, em declínio institucional incompleto, no qual as forças de regeneração estão diariamente em crescimento. Isso, no entanto, não cabe aqui.

(1) — Segue-se uma linha acrescentada posteriormente e em letra ilegível.

(2) — No manuscrito: a complete and comprehensive definition. Não se respeitou a ordem expressa pela numeração uma vez que ela não corresponde à sintaxe do inglês.

(3) — Todo o texto até este ponto está riscado no manuscrito com um traço a lápis em diagonal. Porém, como o que se segue não faz sentido sem esta parte, resolvi conservá-la.

(4) — Segue-se um acréscimo na entrelinha, correspondente a cerca de três linhas de texto, numa letra quase ilegível e que torna impossível perceber o respectivo conteúdo.

(5) — Segue-se um acréscimo entre parêntesis e que, não estando completo, nem sendo integralmente legível, resolvi não transcrever.

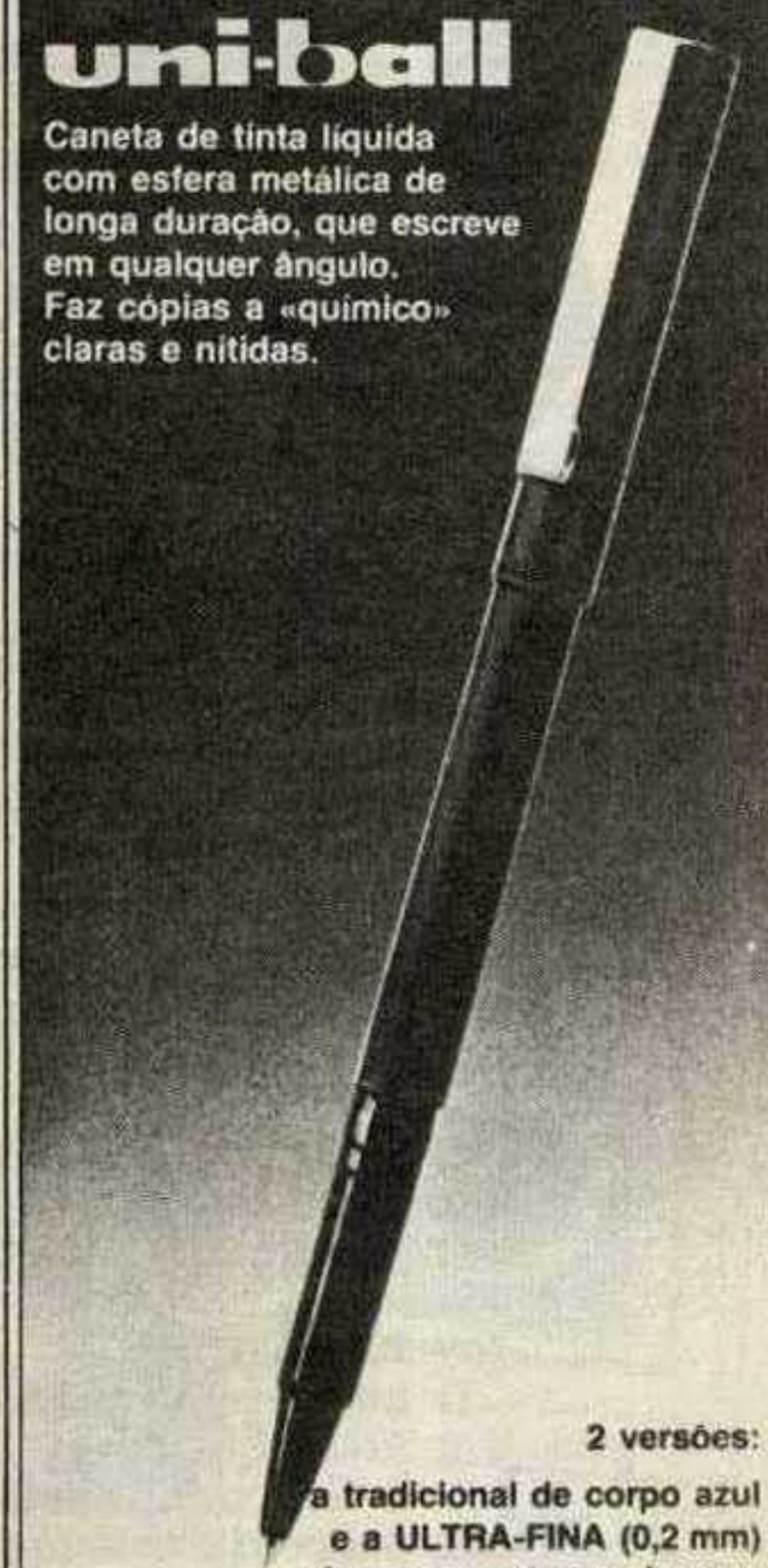
(6) — Seguem-se a numeração IV e mais 96 linhas de texto riscadas a lápis, e que constituíam inicialmente a secção IV do documento; uma vez que a secção seguinte tem a numeração IV autógrafo, optou-se por não transcrever a parte riscada.

(7) — No manuscrito a expressão *clear yet* está envolvida por um traço a lápis autógrafo.

uni

uni-ball

Caneta de tinta líquida com esfera metálica de longa duração, que escreve em qualquer ângulo. Faz cópias a «químico» claras e nítidas.



2 versões:
a tradicional de corpo azul e a ULTRA-FINA (0,2 mm) de corpo preto em 4 cores de escrita.

A tradição de qualidade do fabricante:
MITSUBISHI PENCIL CO., LTD.
à venda nas boas casas de especialidade

Distribuidor em Portugal e Ilhas:
ARTUR WESTHEIMER, LDA.
Largo Cristóvão da Gama, 10-B, Damaila
2700 AMADORA